

A memória coletiva para Jöel Candau e Maurice Halbwachs: coesão dos grupos sociais em um mesmo espaço

The collective memory in Jöel Candau and Maurice Halbwachs: the coesion of social groups in the same space

Nicolli Bueno Gautério; Renata Ovenhausen Albernaz

Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO:

Por meio da memória são construídos alguns tipos de nexos entre sujeito e espaço no tempo, compondo os sentidos históricos dos territórios. Este trabalho tem como objetivo relacionar conceitualmente, a partir das obras *A Memória Coletiva* (HALBWACHS, 1990) e *Memória e Identidade* (CANDAU, 2019), como os autores explicam o fato de a memória coletiva operar na coesão dos grupos sociais que compartilham um mesmo espaço-tempo no território urbano. O estudo foi realizado a partir da revisão bibliográfica acerca dos eixos de memória coletiva e as relações destes conceitos com o espaço urbano, um espaço dotado de múltiplos atores sociais que constroem nexos entre seus grupos de convívio e o fluxo da cidade. Conclui-se que a cidade é um espaço complexo e dinâmico, com grupos marcados por diferenças e disputas entre si. Tais grupos constituem-se em redes de memórias compartilhadas e criam tecnologias para estabelecer noções de continuidade, onde ancoram memórias e esquecimentos.

Palavras-chave: Fenômeno memorial, Memória coletiva, Espaço urbano.

ABSTRACT:

Through memory, some types of meanings between subject and space in time are built, composing the historical meanings of territories. This work aims to relate conceptually, from the works "The Collective Memory" (HALBWACHS, 1990) and "Memory and Identity" (CANDAU, 2019), how the authors explain the fact that collective memory operates in the cohesion of social groups that share the same space-time in the urban territory. The study was carried out from the bibliographical review about the axes of collective memory and the relationships of these concepts with the urban space, a space endowed with multiple social actors that build links between their social groups and the flow of the city. It is concluded that the city is a complex and dynamic space, with groups marked by differences and disputes among themselves, such groups constitute networks of shared memories and create technologies to establish notions of continuity, where they anchor memories and forgetfulness.

Key-words: Memorial phenomenon, Collective memory, Urban space

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66384

Introdução

Por meio da memória são construídos alguns dos tipos de nexos entre sujeito e espaço no tempo, compondo os sentidos históricos dos territórios – no caso aqui em tela, do território urbano. As preocupações dos estudos em memória partem das relações entre o individual e o coletivo nessa construção de nexos, na qual a memória individual se estrutura e se insere na memória coletiva. Foi nesse ponto que o atual trabalho surgiu, a partir das aprendizagens desencadeadas pela revisão bibliográfica acerca dos eixos de memória coletiva e as relações destes conceitos com o espaço urbano, um espaço dotado de múltiplos atores sociais que constroem nexos entre seus grupos de convívio e o fluxo da cidade. Portanto, aqui se apresenta uma reflexão teórica com o objetivo de explorar, conceitualmente, como os autores Jöel Candau e Maurice Halbwachs explicam o fato de a memória coletiva operar na coesão dos diferentes grupos sociais que compartilham um mesmo espaço-tempo.

Tal estudo justifica-se como uma base conceitual a ser utilizada ao investigar como se relacionam os sujeitos no espaço urbano mediante a construção de memórias. Além disto, os conceitos de memória aqui mencionados são fundamentais para compreender como esta noção de memória no espaço coletivo passa a fazer parte, ou não, das narrativas patrimoniais, e como os diferentes sujeitos que participam do espaço urbano significam, por sua memória, esses bens.

Para tanto, a partir dos estudos de obras de Halbwachs – *A Memória Coletiva* (1990) – e de Candau – *Memória e Identidade* (2019) –, somados a algumas contribuições de Izquierdo (1989) e de Ricoeur (2007), elencam-se as principais definições sobre a memória e suas diferentes manifestações, no âmbito em que ela se manifesta entre o individual e o coletivo, principalmente quando ambientadas no complexo espaço relacional e grupal envolvido na cidade.

Para finalizar, destacando-se a cidade como um espaço compartilhado por grupos marcados por muitas diferenças e disputas entre si, especula-se que tais grupos passam a tecer redes de memórias compartilhadas e criam tecnologias para que as noções de continuidade se estabeleçam, ancorando memórias e esquecimentos. Assim, a memória coletiva possibilita a coesão tanto entre grupos sociais que disputam e interagem no espaço da cidade quanto na própria organização e orientação dos indivíduos em relação às suas identidades, tempo e lugar onde se encontram e compartilham suas vidas.

A memória e suas diferentes manifestações

O ser humano é um ser social em constante transformação devido às suas relações com os grupos os quais está inserido. Nestas relações, as representações de si e do mundo são mediadas pela relação da memória. Para Candau (2019), primeiramente, memória é uma faculdade individual normal aos seres humanos, representando uma organização neurobiológica muito complexa. Izquierdo (1989: 90) completa ao afirmar que “o aprendizado e a memória são propriedades básicas do sistema nervoso; não existe atividade nervosa que não inclua ou não seja afetada de alguma forma pelo aprendizado e pela memória”. Assim, Izquierdo (1989), em uma perspectiva neurobiológica, mesmo percebendo ser uma tarefa difícil classificar, exaustivamente, tais mecanismos que operam a memória, esboça uma classificação criada de acordo com: 1) as substâncias que são liberadas para a aquisição de tais informações (B-endorfina, adrenalina etc); 2) o tipo de informação a ser adquirida: como “saber que”/“saber como”, ou que envolvem eventos e situações específicas; e 3) a classe que distingue hábitos de memórias (IZQUIERDO, 1989: 94). Para o autor, essas são classificações úteis para a prática clínica, mas não há comprovação de que realmente tais tipos de memória sejam representações de processos diferentes. E assim, ele elenca alguns aspectos fundamentais para a formação das memórias individuais: 1) o processo de seleção (que determina quais informações serão armazenadas); 2) o processo de consolidação das informações (onde elas passam de um estado instável, suscetível a mudanças, para um estado mais estável), e 3) a ideia de que as memórias não são informações isoladas, pois se formam e são evocadas a partir de um contexto ou conjunto de eventos que estão associadas e assim serão lembradas.

Outra forma de pensar o modo como tais mecanismos memoriais funcionam é o que Paul Ricoeur (2007) define como "modos mnemônicos" e que consistem em: 1) o lembrar (ato que envolve mecanismos internos e externos ao sujeito); 2) o relembrar (fenômeno marcado pela atividade, lembrança de um sujeito que o auxilia para a lembrança do outro em um mesmo grupo) e 3) o reconhecer, onde somos remetidos ao fenômeno da presença do ausente, onde a memória e a imaginação operam atreladas para criar a representação do “algo que está ausente”, ou seja, do passado.

Já em uma perspectiva antropológica, Jöel Candau (2019) classifica as diversas manifestações de memória em: 1) protomemória, ou aprendizagens primárias, memórias gestuais, experiências resistentes e mais bem compartilhadas pelos membros da sociedade; 2) a memória propriamente dita, ou seja, a considerada de alto nível, recordação ou

reconhecimento, feita também de esquecimentos; e por fim, 3) a metamemória, que é a representação que cada indivíduo faz de sua própria memória. Assim, tanto a protomemória quanto a metamemória, ao mesmo tempo que dependem da faculdade da memória, são representações relativas desta faculdade, já que "através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a este respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem" (CANDAU, 2019: 61-62) E é por isso que, ao se remeter à memória humana, compreende-se o esquecimento como parte constituinte desta representação.

Ricoeur (2007), em seus estudos sobre a memória, destaca o potencial, e não só as limitações, da seletividade da memória e do esquecimento, sendo esse "o avesso de sombra da região iluminada da memória que nos liga ao que se passou antes que os transformássemos em memória" (RICOEUR, 2007: 40). Essa sombra opera, por exemplo, esclarece Ricoeur (2007), face a eventos traumáticos que geram o recalque, ou aos mecanismo de defesa nos quais tais informações estão inacessíveis ao consciente, e que passa a preencher tal lacuna com atos repetitivos (compulsões), sendo memórias impedidas.

No campo prático, considerando o indivíduo em seus grupos, o autor aponta, também, a memória manipulada, onde haveria os abusos de memórias e os abusos de esquecimento que se devem "à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala na reivindicação de identidade e as expressões públicas de memória" (RICOEUR, 2007: 95), coerções provenientes de embates ideológicos entre os sujeitos. E, por fim, estabelece a memória obrigada, que seriam esquecimentos produzidos ao nível institucional "cuja fronteira com a amnésia é fácil de ultrapassar: trata-se principalmente da anistia" (RICOEUR, 2007: 459), onde tais esquecimentos são produzidos pelo Estado.

As Memórias Coletivas

Percebendo a memória individual e a memória coletiva como manifestações que se sustentam de forma atrelada e não linear, tais considerações sobre como opera a memória e a importância também dos esquecimentos individuais oferecem importantes reflexões quando pensamos o espaço da cidade. Portanto, neste bloco, busca-se a compreensão da memória na coletividade e como ela produz a coesão entre sujeitos, advindos de diferentes grupos e classes sociais, no espaço em que vivem.

A perspectiva da humanização da memória é reforçada por Halbwachs (1990), que publica seus estudos em memória coletiva em 1925, com o escrito *Les cadres sociaux de la mémoire*, sendo portanto o pioneiro no tema. O autor trabalha a memória em uma perspectiva

que contempla o social e suas narrativas através dos “quadros sociais”. Neste sentido, não haveria uma memória meramente individual, visto que o sujeito está atrelado às relações coletivas do meio em que vive, partindo dos grupos nucleares, como a família, até os mais ampliados, como a religião ou identidade nacional.

Suponhamos que eu passeie só. Diremos que desse passeio eu não possa guardar senão lembranças individuais, que não sejam senão minhas? Não obstante, passei só somente na aparência. Passando por Westminster, pensei no que me havia sido dito por um amigo historiador (ou, o que dá no mesmo, no que havia lido sobre ela em uma história). Atravessando uma ponte, considerei o efeito de perspectiva que meu amigo pintor havia assinalado (ou que me havia surpreendido num quadro, numa gravura). E me dirigi, orientado pelo pensamento de meu plano. (HALBWACHS, 1990:19)

Desta forma, Halbwachs (1990) mostra que o indivíduo, mesmo quando não está presencialmente junto ao seu grupo, está permeado pelas produções memoriais construídas nestes laços sociais. Estas construções estarão sempre atreladas às memórias de cada indivíduo do grupo, explicando, assim, o motivo pelo qual não faria sentido a ideia de uma memória individual pura e isolada do coletivo. “Neste contexto, o testemunho não é considerado enquanto proferido por alguém para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro a título de imposição sobre o passado”, explica Ricoeur (2007: 131). Quando não se têm os referenciais sociais compartilhados com o grupo, que organizam e sustentam as funções simbólicas dos sujeitos, a rememoração acaba sendo dificultada.

Candau (2019) pontua a necessidade de diferenciarmos a ideia da memória coletiva de uma memória compartilhada de forma literal, partindo do pressuposto de que uma realidade compartilhada seria impossível. Para o autor, os indivíduos de um mesmo grupo podem compartilhar os mesmos marcos memoriais, mas não as mesmas representações do passado. Logo, considera-se que tanto o espaço quanto a memória são sistemas abertos, mas que mediam as experiências dos sujeitos com o tempo em seu espaço atual.

Através dos estudos de Halbwachs (1990), as memórias são construções do presente, elas mudam conforme as questões afetivas e simbólicas dos grupos e na medida em que esses também passam por variações. Desta forma, é possível a rememoração de fatos em que não se tem certeza de terem sido vividos por si próprio ou não; mas, ao ser lembrada pelo grupo nessa construção narrativa, tal memória passa a também ser a verdade para o indivíduo. Estas variações sofridas pelos grupos nos sentidos afetivos, econômicos, religiosos, entre outros, são mediadas também pelas mudanças do espaço onde estão inseridos.

Ao considerar as relações dos grupos com o espaço onde vivem, Halbwachs (1990) considera este espaço como importante para a “organização mental” dos indivíduos – uma mudança para um local onde o sujeito não está adaptado, onde ele não verifica as marcas e construções simbólicas de seu grupo, poderia ocasionar uma ruptura na sua ideia de personalidade (HALBWACHS, 1990: 134). O autor preocupa-se, então, com a relação mediadora que os objetos (e assim, o espaço) desempenham nas relações grupais e na construção da memória coletiva. Candau (2019) também compreende que, nas vivências com o meio, as pessoas se (re)organizam em função das convenções que este ambiente – cultural e social – oferece. Segundo o autor, tais ícones materiais e imateriais de compartilhamento simbólico são compreendidos como sociotransmissores:

Sobre os sociotransmissores, todas as coisas do mundo favorecem a comunicação entre os indivíduos. Todas as coisas do mundo. Por exemplo, falar é um sociotransmissor, mas a ideia de sociotransmissores, se preferirem, corresponde aos neurotransmissores no cérebro. No cérebro os neurotransmissores permitem as conexões entre os neurônios e os sociotransmissores permitem as conexões entre os indivíduos. Então há muitas coisas que agem como sociotransmissores, mas os objetos materiais, e certos objetos, são melhores sociotransmissores que outros. (BEZERRA; SERRES, 2015: 15).

O termo designa, assim, o potencial de objetos (materiais ou imateriais) de produzir significados entre os indivíduos que compartilham a percepção do mundo e do seu espaço, formando uma rede, ou seja, uma memória coletiva. Neste sentido, compreende-se a importância do espaço, suas marcas e objetos para a sensação de continuidade e pertença de um sujeito em um grupo, na medida em que esses objetos e espaço funcionam como sociotransmissores para essas memórias. Para os bens imóveis do Centro Histórico e Paisagístico de Jaguarão, a representação desses significados compartilhados e captados pelos técnicos através de fontes orais nos processos de tombamento pode revelar a existência de alguma conflituosidade a partir da perspectiva de diferentes grupos sociais, situação que será por nós verificada. Tentaremos compreender quem são estes coletivos que participam na produção e no compartilhamento dos sentidos memoriais coletivos, que participam do contexto cultural, social e econômico do centro da cidade.

Memórias coletivas no complexo social e dinâmico temporal do espaço urbano

No contexto urbano, marcado pelo encontro histórico intenso de vários grupos sociais e indivíduos, e de múltiplos usos que se sobrepõem, muito rapidamente essa memória coletiva é menos trivial, mais dinâmica e também mais contraditória. E, em função mesmo dessas qualidades da natureza das memórias coletivas do espaço urbano é que elas acabam

sendo, também, bastante disciplinadas: “cada sociedade recorta o espaço a seu modo, mas por sua vez para todas, ou seguindo sempre as mesmas linhas, de modo a constituir um quadro fixo onde encerra e localiza suas lembranças” (HALBWACHS, 1990: 111).

Os conceitos que abrangem a percepção do espaço urbano, aqui utilizados, partem do pressuposto de que tanto as ações dos atores sociais, quanto a cidade como produto destas relações entre atores e o espaço, funcionam de forma atrelada. Assim, a cidade passa a representar as diversas camadas de significações materiais e imateriais. Logo, entende-se que a noção de “cidade” representa uma materialidade – ainda que não se encerre apenas neste aspecto –, fazendo parte da produção dos atores sociais que vivenciam o espaço “urbano”. Esta noção do “urbano”, por sua vez, é entendida como um fenômeno que não é expresso de forma material como a cidade, caracterizando-se por meio dos modelos de funcionamento de atores sociais em contextos de cidades de forma ampla (LEFEBVRE, 2011). Ou seja, embora os autores em foco no presente trabalho partam de épocas e vivências de cidades diferentes, ao expressar suas ideias acerca do espaço urbano apresentam uma consonância acerca das problemáticas percebidas neste tipo de ambiente. Embora este passe por variações ao longo do tempo, as relações entre memória, sujeitos, espaço e patrimônio ressignificam-se, mas mantêm sua existência ao longo do tempo e nos diferentes espaços analisados.

Ao pensar as relações dos sujeitos com o espaço, quando este cenário é a cidade, Halbwachs (1990) considera a sensação de permanência necessária que os prédios e as ruas, ao se manterem no mesmo lugar, produzem em relação ao fluxo da vida que ocorre na cidade. Assim, são essas estabilidades as que provocam uma noção de continuidade, mantendo a função organizadora do indivíduo, um ambiente ou paisagem familiar, nesses espaços complexos e dinâmicos em seus problemas, disputas, mudanças entre os vínculos de seus membros.

Porém, ao deparar-se com uma demolição – exemplifica Halbwachs (1990) –, os indivíduos, que habitualmente circulam neste espaço e que passaram a ter tal elemento da paisagem como algo permanente, fazendo dele seu marco de continuidade (já que eles sabem que houve grupos antecessores que construíram tal objeto), esse elemento de compartilhamento memorial (um sociotransmissor) os faz sentir como tendo uma parte de si morrendo, pela ruptura no que lhe marcava o imóvel com sua continuidade.

Sobre tal noção de continuidade, Candau (2019) destaca nas relações de grupos como a família, que compartilham uma tradição, além de uma memória coletiva mais bem

estabelecida, a ideia de que “não se deve romper o fio da memória e, para isso, o registro em alta tecnologia da trajetória familiar é apresentado como um suporte eterno” (CANDAU, 2019: 139).

Esse temor do esquecimento preocupa os que passam a viver nas cidades, longe dos locais rurais onde o compartilhamento de memórias e tradições ocorre de forma mais facilitada, pois mais estável. A partir da modernidade, quando se intensificam as vivências no espaço urbano, ocorrem os deslocamentos dos sujeitos que começam a ocupar esses lugares, vindos de tão diferentes comunidades rurais, e experimenta-se, com mais intensidade, essa descontinuidade. Essa descontinuidade também é produzida através de manipulações de memórias coletivas por parte do Estado, na intenção de manusear o espaço, e que podem vir a ser consideradas, em alguns casos, como abusos de memórias ou abusos de esquecimento, tal como adverte Ricoeur (2007).

No espaço urbano, a consolidação de memórias na forma de patrimonialização passa, principalmente a partir da modernidade na França, como destaca Candau (2019), a tornar-se uma “efervescência patrimonial”. Diante da angústia e da necessidade de uma conservação e rememoração deste passado, dotado de memórias coletivas, assume-se uma patrimonialização em massa – o que também denota certa incapacidade de vivência do tempo presente, uma doença de aprisionamento ao passado.

Em contraponto a esse excesso de sensibilidade patrimonial, também são descritos processos de uma total ausência de consciência patrimonial. Eles não se confundem com o esquecimento, mas constituem sinais de rejeição a marcas traumáticas do passado, ou até mesmo uma não identificação com o passado, quando há o risco de, a depender de quais símbolos estejam sendo expostos como sociotransmissores no contexto dos sujeitos, estes chegarem a produzir uma destruição voluntária ou omissiva dos suportes de tais memórias. Logo, os motivos para estas rejeições merecem também o olhar dos pesquisadores.

A cidade é, ainda, um espaço onde o fluxo de informações mercadológicas é intenso. Neste sentido, a “memória econômica” (HALBWACHS, 1990: 104) também deve ser pensada como parte do espaço. Mediante este conceito, o autor demonstra mais uma relação entre memória e espaço, que determina os valores e preços para os objetos no comércio, pois apenas a força de trabalho ou o valor que cada indivíduo atribui ao objeto não lhe confere seu preço. Por isto, a memória econômica forma-se como uma rede coletiva de lembranças que estão ligados aos valores que o grupo atribui ao objeto, formulando seu preço.

Porém, no espaço urbano, essa memória muda intensamente devido ao alto índice de demandas e ofertas: “a vida econômica se baseia, portanto, sobre a tabela dos preços anteriores e pelo menos, sobre o último preço” (HALBWACHS, 1990: 104) e, para essa lembrança ser fixada, o lugar onde a mercadoria é exposta passa a ser uma recordação fundamental para o acesso a tal memória pelos indivíduos.

Considerações Finais

No estudo sobre os conceitos de memória discutidos nas obras de Jöel Candau e Maurice Halbwachs foram percebidas as diferentes manifestações da memória, compreendendo que ela se expressa entre o individual e o coletivo, sempre ambientada em um espaço relacional e grupal. Portanto, compreende-se que ambos autores consideram o espaço mediador importante tanto para a relação dos sujeitos em suas vivências quanto para a estruturação da lembrança. A memória coletiva possibilita uma certa coesão e estabilidade de reconhecimento tanto entre grupos sociais que disputam e interagem no espaço da cidade quanto na própria organização e orientação dos indivíduos em relação às suas identidades, o tempo e o lugar onde se encontram e compartilham suas culturas.

No espaço complexo que é o urbano, as noções de continuidade e descontinuidade vividas pelos sujeitos mediam essas memórias. O direito à cidade, que permite seu usufruto pelos mais diferentes usos e grupos, e o impulso pelo compartilhamento de uma memória coletiva tornam-se variáveis em relação aos próprios discursos que significam esse espaço no tempo: marcadores de gênero, raça e classe, bem como aspectos culturais e subjetivos da construção do psiquismo de cada indivíduo deixam de ser variáveis independentes para serem a própria composição eclética de atos espaços. E passam a construir as noções de memória e identidade dos sujeitos implicados em um mesmo espaço de uma forma mais rica, mesmo que ambivalente, contraditória e dinâmica.

No caso brasileiro, por exemplo, há faltas históricas talvez insanáveis relativamente à memória da escravidão e dos espaços vivenciais das pessoas negras, por muito tempo esquecidos pelo patrimônio oficialmente declarado, segundo atesta Guran (2017). Em tombamentos entre as décadas de 1970 e 1980 – por exemplo, no caso do tombamento do conjunto urbano do Pelourinho, em Salvador –, houve algumas incompatibilidades entre o ideal de pluralidade e democratização entre os valores, bem como a carência de participação social nas decisões. Isto é, identifica-se um processo de exclusão de classes mais vulneráveis da significação desse centro histórico. Esta expropriação facilitaria a transformação de seu

bairro em um local turístico, restaurado do Patrimônio Mundial da UNESCO, e assim não apenas a arquitetura, mas comportamentos, vestimentas, identidade e expressões culturais dos moradores também passam a fazer parte do circuito turístico (COLLINS, 2011). Casos como estes evocam-nos a pensar quais seriam os limites entre patrimônio e identidade, bem como apontam a necessidade do debate sobre quais tipos de sujeitos são participantes dos processos de decisão que abrangem os centros históricos das cidades.

Porém, muito em função da resistência a isso por parte de grupos antes invisibilizados, que passaram a reafirmar a sua participação na sociedade brasileira por meio da luta pela democracia nas políticas patrimoniais, têm-se obtido alguns avanços, segundo estudo de Albernaz (2021), em termos de ações estatais para delimitar e reconhecer os mais diversos enclaves patrimoniais e para condicionar a vitalidade e a reprodução da vida comunitária com esse patrimônio. Mas eles ainda estão longe de incorporar, no mesmo padrão de dignidade histórica, todos os segmentos sociais do país. Daí que estudos sobre esse grupos e seus patrimônios e memórias precisem, ainda, avolumar-se.

Referências

- ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. Democracia e sistema de proteção do patrimônio cultural no Brasil. *Revista Direito, Estado e Sociedade*. PUC-RJ. V. 58. N. Pp. 2021. Disponível em <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/1438/631>
- BEZERRA, Daniele Borges; SERRES, Juliane Conceição Primon. O Museu das Coisas Banais Entrevista: O Antropólogo Jöel Candau. *Expressa Extensão*. Pelotas, v.20, n.1, p. 13-16, 2015.
- CANAU, Jöel. *Memória e identidade*. Traduzido por: Maria Leticia M. Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.
- COLLINS, John. Melted Gold and National Bodies: the hermeneutics of depth and the value of history in Brazilian racial politics. *American Ethnologist*, v.38, n.4, 683-700, 2011.
- GURAN, Milton. Sobre o longo percurso da matriz africana pelo seu reconhecimento patrimonial como uma condição para a plena cidadania. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 35, p. 213-226, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.
- IZQUIERDO, Ivan. Memórias. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 6, p. 89-112, 1989. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/eav/article/view/8522>. Acesso em: 5 fev. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

Nicolli Bueno Gautério
Universidade Federal de Pelotas – UFPel
E-mail: nicolibg@gmail.com

Renata Ovenhausen Albernaz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
E-mail: renata.ovenhausen@ufrgs.br